



MEMÓRIA SOCIAL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO HAITI: ENTRE O LEGADO HISTÓRICO DA REVOLUÇÃO HAITIANA E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA EDUCAÇÃO

Jackson DUMAY¹

Marcelo Soares Pereira da SILVA²

1. INTRODUÇÃO

A Revolução Haitiana (1791-1804) constitui um marco histórico de alcance mundial, sendo a primeira revolta dos povos reduzidos à escravidão que conduziu à independência nacional e à abolição definitiva da escravidão. Segundo James (1989), este evento transformou o Haiti em um símbolo universal de resistência e emancipação, dando origem à primeira República negra independente do mundo. Contudo, essa conquista gerou profundas tensões políticas e econômicas, cujas repercussões marcaram de forma duradoura a inserção internacional do país. Para Trouillot (1995), a Revolução Haitiana foi sistematicamente ocultada na historiografia ocidental, contribuindo para a marginalização de seu legado em diversos campos, incluindo o da educação.

A noção de memória social, desenvolvida por Halbwachs (1990), constitui um referencial teórico pertinente para analisar como os grupos constroem identidades coletivas a partir de marcos históricos compartilhados. Nesse sentido, Nora (1997) amplia a reflexão ao destacar a importância dos “lugares de memória”, entendidos como espaços simbólicos onde se condensam legados históricos, permitindo a manutenção da consciência coletiva. A Revolução Haitiana pode, assim, ser considerada um patrimônio memorial de grande relevância, portador de valores de emancipação e resistência, capaz de fundamentar políticas educacionais orientadas à afirmação cultural, ao desenvolvimento cívico e ao fortalecimento da identidade nacional.

Entretanto, a análise da realidade educacional contemporânea no Haiti revela um descompasso significativo entre esse legado histórico e a formulação efetiva das políticas públicas. Pesquisas recentes (Dumay et al., 2024) indicam um sistema educacional marcado por forte privatização, baixo

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil. Possui mestrado em Ciências da Educação (UFU), licenciatura em Ciências da Educação (Universidade Pública do Nippes, Haiti) e diploma em Ciências Administrativas (Escola de Direito e Ciências Administrativas de Miragoâne, Haiti). Seus trabalhos de pesquisa concentram-se no Estado, políticas e gestão da educação. E-mail: jacksondumay@yahoo.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-9340-790>.

² Professor Titular na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em Educação (Unicamp), com mestrado em Educação (UFG) e licenciatura em Pedagogia (PUC-GO). Professor-pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED-UFU), onde desenvolve suas pesquisas na linha de Estado, políticas e gestão da educação. E-mail: marcelospsilva@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7668-5673>.





investimento público e dependência estrutural em relação a organismos internacionais como UNESCO, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Essa configuração acentua as desigualdades sociais e fragiliza a capacidade do Estado de conceber uma política educacional coerente com a experiência histórica do país.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar, a partir do referencial conceitual da memória social, as relações entre o legado da Revolução Haitiana e os desafios atuais das políticas educacionais. O interesse desta pesquisa reside na identificação das contradições entre uma tradição fundamentada na emancipação e uma realidade marcada pela dependência e pela imposição das lógicas neoliberais, com o propósito de fomentar um debate crítico sobre a reconstrução do sistema educacional haitiano.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada nesta pesquisa é qualitativa, exploratória e histórica, ancorada no referencial teórico da memória social de Halbwachs (1990) e na perspectiva dos “lugares de memória” de Nora (1997). O estudo combina análises documentais, históricas e legislativas, incluindo constituições, relatórios oficiais, reformas educacionais e literatura acadêmica relevante, abrangendo o período desde a independência do Haiti (1804) até a contemporaneidade das políticas educacionais.

Foi utilizada uma análise de conteúdo temática (Bardin, 2015) para identificar padrões, contradições e tensões entre o legado emancipatório da Revolução Haitiana e a configuração atual do sistema educacional, articulando práticas institucionais, decisões políticas e influências externas, especialmente de organizações internacionais. Os critérios de seleção das fontes priorizaram a relevância histórica, a representatividade política e o impacto sobre as políticas educacionais. A triangulação de diferentes tipos de documentos assegura validade, confiabilidade e consistência na interpretação, permitindo compreender de que forma a memória social estruturou e continua a influenciar a formulação e a fragmentação das políticas educacionais no Haiti.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A insurreição dos escravos em São Domingos, deflagrada na noite de 22 para 23 de agosto de 1791, constitui um episódio de grande relevância com repercussões globais. Após treze anos de intensa luta da população oprimida, resultou na proclamação de um Estado independente em 1804 e na derrota das forças napoleônicas, então consideradas as mais poderosas do século XVIII (Dumay et al., 2024). Essa sequência de eventos atende plenamente aos critérios de uma revolução, incluindo a reversão social, a ruptura das relações de poder e a fundação de um novo Estado. No entanto, a





interpretação dominante na historiografia francesa e europeia frequentemente minimizou ou distorceu essa dimensão revolucionária, priorizando explicações que ocultam a agência dos insurgentes e as dimensões anticoloniais do evento (Hurbon, 2009).

Essa experiência revolucionária produziu uma memória social duradoura, estruturando a identidade haitiana e moldando um imaginário coletivo baseado na liberdade, dignidade e igualdade, tornando o Haiti um símbolo universal de resistência à opressão (Trouillot, 1995). Esse patrimônio memorial enfrentou, porém, tentativas de marginalização ou reescrita impostas pelos antigos centros coloniais. Enquanto a Europa buscava reduzir a importância do evento, a sociedade haitiana apropriou-se dessa memória como fundamento de sua história nacional, integrando-a às práticas culturais, aos relatos orais e às políticas educacionais. Como observa Hurbon (2009), a Revolução Haitiana não representa apenas uma ruptura política, mas um legado pós-colonial que ilumina as dinâmicas sociais contemporâneas, evidenciando que a memória das lutas passadas constitui uma base indispensável para compreender os combates atuais pela soberania e pela justiça social.

Nesse contexto, a teoria da memória social de Halbwachs (1990) permite compreender melhor a persistência e a atualização desse legado revolucionário. Segundo Namer (2004), a memória social engloba experiências individuais e coletivas, organizando-as segundo quadros sociais compartilhados. Esse referencial teórico explica como, apesar das estratégias coloniais de ocultação, a sociedade haitiana conseguiu reativar e transmitir a memória de 1791-1804 como matriz identitária e política. O esquecimento imposto pelas antigas potências paradoxalmente fortaleceu uma memória interna de resistência, continuamente reatualizada por meio das tradições culturais, práticas comemorativas e lutas sociais.

A trajetória das políticas educacionais haitianas revela uma tensão entre o ideal emancipador da Revolução de 1804 e uma realidade marcada pela dependência e fragmentação do sistema. Segundo Joint (2008), a organização atual permanece profundamente enraizada no legado colonial e escravagista. A elite dirigente raramente buscou adaptar a educação às necessidades da maioria, privilegiando um paradigma epistemológico eurocêntrico que marginaliza os saberes locais e consolida as hierarquias herdadas do período colonial.

Nos primeiros anos da independência, Dessalines elevou a educação como prioridade para consolidar os fundamentos da nova sociedade haitiana. A Constituição de 1805 previa o estabelecimento de escolas públicas vinculadas às divisões militares, exclusivamente reservadas aos filhos e filhas de soldados que haviam servido à nação (Pierre, 2012). Essa mesma Constituição reconhecia, no artigo 45, a educação como direito fundamental sob responsabilidade do Estado, enquanto o artigo 11 estipulava que “todo cidadão deve possuir uma arte mecânica”. Além disso, o artigo 40 atribuía a gestão do ensino público ao ministro das Finanças do Departamento do Interior,





em um quadro ampliado onde a educação era integrada à administração das finanças públicas, da agricultura e de outros setores vitais (Haiti, 1805).

A análise das Constituições e legislações do século XIX evidencia duas tendências estruturantes na ação educativa do Estado haitiano (Pierre, 2012). A primeira caracteriza-se por uma lógica de exclusão e seletividade: a educação pública era concebida como um privilégio reservado aos descendentes de militares e funcionários que haviam servido à pátria, marginalizando a maioria da população. Nesse contexto, o acesso à educação permanecia limitado àqueles que podiam financiar instituições privadas, reforçando as desigualdades sociais. A segunda tendência corresponde a uma tentativa de ampliação do acesso por meio da proclamação de uma educação gratuita e aberta. Contudo, a implementação desse princípio esbarrou em critérios de admissão restritivos, na resistência das elites tradicionais e na ausência de políticas públicas coerentes voltadas à participação das classes populares. Como consequência, apesar do discurso inclusivo, a maior parte da população permanecia excluída do sistema educacional formal.

Entre 1915 e 1934, a ocupação americana no Haiti exacerbou a instabilidade política, econômica e social do país, gerando crises estruturais e agravando a fragilidade do Estado. No campo educacional, esse período não trouxe avanços, mas reforçou contradições e uma crise de identidade cultural (Dorvilier, 2012; Pierre, 2012). Posteriormente, em 1941, o ministro Jean-Joseph Maurice D'Artigue tentou reformar o sistema, propondo a formação de professores qualificados e programas científicos, mas sua iniciativa fracassou diante das críticas de americanização do sistema educacional haitiano.

Em 1979, após mais de um século e meio de independência, desde a criação do Departamento de Instrução Pública, o sistema educacional haitiano apresentava exclusão social estrutural, pois mais de 85% das crianças permaneciam fora da escola e a oferta de formação, inadequada às necessidades socioeconômicas nacionais, contribuía para a reprodução das desigualdades e da pobreza (Dumay et al., 2024). Diante dessa situação, o governo Duvalier solicitou apoio técnico e financeiro de organizações internacionais e países parceiros, conduzindo à implementação da Reforma Bernard (1979-1982). Essa reforma visava sete grandes objetivos: ampliar o acesso à escola fundamental, introduzir novos métodos pedagógicos baseados no método científico e promover automaticamente os alunos dentro dos ciclos de ensino. Também previa o uso da língua materna dos alunos (o crioulo) como língua de instrução para favorecer a comunicação e a aprendizagem (Haiti, 1982).

Além disso, a reforma incluía a implementação de programas de formação e reciclagem para melhorar o desempenho pedagógico do corpo docente, bem como a elaboração e distribuição gratuita de material didático. Por fim, fortalecia a supervisão administrativa e pedagógica das escolas por meio de um corpo de inspetores e assessores pedagógicos responsáveis por garantir a implementação





efetiva das medidas (Haiti, 1982). Esse dispositivo inaugurava um modelo em que os atores internacionais ocupavam posição central na orientação das políticas educacionais haitianas (Berrouet-Oriol, 2022).

Essa reforma insere-se em um contexto de crescente dependência estrutural e integração do país ao capital mundial desde as décadas de 1980 e 1990, em que as orientações neoliberais influenciam profundamente a organização institucional e social da educação (Dumay et al., 2024). A ação combinada das organizações internacionais e multilaterais, FMI, OEA, BID e Banco Mundial, condiciona a definição de prioridades educacionais, a alocação de recursos e as estratégias de desenvolvimento do sistema escolar haitiano. Assim, a reforma de 1979 e as intervenções subsequentes ilustram como a dependência externa e a influência dos atores internacionais estruturam de forma duradoura as políticas educacionais do país, perpetuando mecanismos de controle e hierarquização social em âmbito nacional.

A análise diacrônica das políticas educacionais haitianas evidencia a persistência de uma tensão estrutural entre o ideal emancipador da Revolução de 1804 e as lógicas contemporâneas de dependência externa. Desde a Constituição de 1805, a educação foi explicitamente instituída como instrumento de reconstrução social e inclusão cidadã. No entanto, a trajetória histórica revela que as escolhas estratégicas feitas pelas elites nacionais, combinadas às intervenções dos atores internacionais, consolidaram progressivamente um modelo eurocêntrico. Este se materializou pela marginalização sistemática dos saberes e das línguas locais, especialmente do crioulo, em favor do francês, o que aumentou a seletividade social e agravou a fragmentação interna do sistema educacional.

As reformas contemporâneas, incluindo o Plano Nacional de Educação e Formação (PNEF, 1997-2007), a Estratégia Nacional de Ação para Educação para Todos (SNA-EPT, 2007-2015), o Plano Operacional (PO, 2010-2015), o Programa de Educação Universal Gratuita e Obrigatória (PSUGO) e o Plano Decenal de Educação e Formação (PDEF, 2018-2028), seguem essa continuidade. Embora demonstrem vontade de democratizar o acesso e modernizar a oferta educacional, evidenciam simultaneamente uma dependência estrutural em relação a doadores internacionais e ONGs, que orientam de forma determinante a agenda educacional nacional. Essa influência externa, combinada à ausência de políticas públicas verdadeiramente soberanas e coerentes, reforça a fragmentação do sistema e impede a construção de um projeto educativo autônomo, inclusivo e adaptado às realidades sócio-históricas haitianas.





4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas educacionais haitianas revela que a trajetória do sistema escolar reflete uma tensão estrutural entre o legado emancipador da Revolução de 1804 e os desafios contemporâneos impostos pela dependência externa e pela fragmentação institucional. Os resultados demonstram que, embora a educação tenha sido historicamente reconhecida como um direito fundamental, a influência das elites nacionais e das organizações internacionais consolidou um modelo eurocêntrico e seletivo, que marginaliza os saberes locais e perpetua as desigualdades sociais.

A memória social da Revolução haitiana surge como um instrumento teórico e simbólico capaz de explicar essas continuidades e rupturas, revelando o potencial emancipador ainda presente na sociedade. Assim, o estudo demonstra que a reformulação das políticas educacionais depende da articulação entre o reconhecimento histórico, a soberania política e o planejamento estratégico, a fim de construir um sistema educacional inclusivo, culturalmente significativo e adequado às necessidades da população.

As contribuições desta pesquisa situam-se tanto na esfera histórica, ao recuperar e valorizar o legado da Revolução, quanto na esfera educacional, ao oferecer suporte ao desenvolvimento de políticas públicas que promovam a justiça social, a coesão nacional e a valorização da diversidade cultural.

5. AGRADECIMENTOS/ AGÊNCIA DE FOMENTO

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da UFU pelo suporte acadêmico e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo fomento e pela concessão da bolsa de estudo, a qual viabilizou a execução desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2015. ISBN: 978-9724415062.

BERROUËT-ORIOU, R. *Les reliques de la réforme Bernard dans le système éducatif haïtien*. Mediapart, 2022. Disponível em: <https://blogs.mediapart.fr/robert-berrouet-oriol/blog/170422/les-reliques-de-la-reforme-bernard-dans-le-systeme-educatif-haitien>. Acesso em: 26 set. 2025.

DORVILIER, F. *La crise haïtienne du développement: essai d'anthropologie dynamique*. Port-au-Prince : Edition de l'Université d'Etat d'Haïti, Port-au-Prince, 2012. ISBN: 9782763796246.

DUMAY, J, SILVA, M. S. D. *Neoliberalismo e educação no contexto haitiano: Uma análise do sistema educacional do Haiti no período de 2011-2016*. Dissertação (Mestrado em Educação) –





Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.5156>.

HAÏTI. Constitution d'Haïti du 20 mai 1805, Port-au-Prince, 1805. Disponível : <https://mjp.univperp.fr/constit/ht1805.htm#:~:text=Les%20citoyens%20ha%C3%Aftiens%20sont%20fr%C3%A8res,libert%C3%A9%20et%20%C3%A0%20l'ind%C3%A9pendance>.

HAÏTI/ DÉCRET. **Décret organisant le système éducatif haïtien en vue d'offrir des chances égales à tous et de refléter la culture haïtienne**, presses nationales, Port-au-Prince, 1982. Disponível : <https://dloc.com/AA00021613/00001/images/2>. HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. ISBN: 978-8588208742.

HURBON, L. **La Révolution haïtienne : une avancée postcoloniale**. In: HECTOR, Michel; HURBON, Laënnec (org.). *Genèse de l'État haïtien (1804-1859)*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/books.editionsmsmh.9744>. Acesso em: 25 set. 2025.

JAMES, C. L.R. *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*. 2. ed. New York: Vintage Books, 1989. ISBN: 978-0679724674.

JOINT, L.A. **Système éducatif et inégalités sociales en Haïti**: le cas des écoles catholiques. *Recherches et ressources en éducation et formation*, [S. l.], n. 2, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rref/861>. DOI: <https://doi.org/10.4000/rref.861>.

NAMER, G. « Halbwachs et la mémoire sociale ». *Maurice Halbwachs*, édité par Yves Déloye et Claudine Haroche, Éditions de la Sorbonne, 2004, <https://doi.org/10.4000/books.psorbonne.409>.

NORA, P. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1997. ISBN: 978-2070749041.

PIERRE, D. Constitution, Lois et L'éducation en Haïti, 1801-2011: **Eléments de Politique Éducatives**, Port-au-Prince, Le Béréen Laval, Mémoire, 2012. ISBN: 978-2-923-922-08.

TROUILLOT, M. R. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995. ISBN: 9780807043110.

